Decreto n.º 38:389

Com fundamento nas disposições do Decreto-Lei n.º 29:170, de 23 de Novembro de 1938;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, o seguinte:

Artigo único. A Câmara Municipal do concelho de Castro Verde satisfará ao Estado a importância de 17.471\$90, em dez prestações anuais, vencíveis, respectivamente, em 31 de Julho dos anos de 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959 e 1960, devida por serviços prestados pelo Instituto Geográfico e Cadastral.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 9 de Agosto de 1951.— ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *Artur Aguedo de Oliveira.*

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO**2.ª Direcção-Geral****Decreto-Lei n.º 38:390**

Considerando que não está prevista no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 28:403, de 31 de Dezembro de 1937, nem em qualquer outro diploma legal qualquer gratificação de serviço aéreo para mecânicos electricistas nos dias em que, por imposição de serviço e no desempenho das suas funções profissionais, tenham de voar;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 28:403, de 31 de Dezembro de 1937, no seu artigo 8.º, estabelece a gratificação mensal de 150\$ para os mecânicos de uma maneira geral;

Considerando que os mecânicos electricistas concorrem com os outros mecânicos em serviços considerados equivalentes, e que estão sujeitos aos mesmos riscos de voo;

E reconhecendo a necessidade de se estabelecer uma gratificação de serviço aéreo para os mecânicos electricistas do mesmo quantitativo da que já se encontra fixada para os mecânicos de uma maneira geral;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Os mecânicos electricistas, qualquer que seja o seu posto ou equiparação, em serviço nas unidades e estabelecimentos militares da arma de aeronáutica têm direito à gratificação de serviço aéreo, mensal, de 150\$, mas só serão abonados da mesma gratificação nos dias em que, por imposição de serviço e no desempenho das suas funções profissionais, tenham de voar.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 9 de Agosto de 1951.— ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — Artur Aguedo de Oliveira — Adolfo do Amaral Abranches Pinto — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Virtíssimo Cunha — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.*

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR**Direcção-Geral de Fazenda****1.ª Repartição****Decreto n.º 38:391**

Tornando-se necessário e urgente autorizar o Governo-Geral de Moçambique a proceder aos adiantamentos de fundos indispensáveis à realização dos estudos das soluções para aumentar a capacidade ferroviária entre a Rodésia do Sul e os portos de Moçambique;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, o seguinte:

Artigo único. Fica o governador-geral de Moçambique autorizado a adiantar, por operações de tesouraria, as importâncias necessárias para suportar os encargos com a realização dos estudos das soluções para aumentar a capacidade ferroviária entre a Rodésia do Sul e os portos de Moçambique.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 9 de Agosto de 1951.— ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues.*

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Moçambique.— *M. M. Sarmiento Rodrigues.*

2.ª Secção**Portaria n.º 13:636**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 28:326, de 27 de Dezembro de 1937, abrir, com contrapartida no saldo do ano económico findo, um crédito especial de 5.000\$ destinado a reforçar o capítulo 1.º, artigo 9.º, n.º 2), alínea g) «Aquisições de publicações», do orçamento privativo em vigor na Agência-Geral do Ultramar, aprovado pela Portaria n.º 13:374, de 7 de Dezembro de 1950.

Ministério do Ultramar, 9 de Agosto de 1951.— O Ministro do Ultramar, *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues.*

Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais**Comissão Executiva****Portaria n.º 13:637**

1. O problema do levantamento da carta geográfica de Angola vem de há muito preocupando o Ministério do Ultramar. A criação, pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, das missões hidrográfica e geográfica de Angola, respectivamente pelos Decretos n.ºs 26:888 e 31:194, e a sua reorganização pelas Portarias n.ºs 12:395 e 12:345; o Decreto n.º 35:945, que reformou os serviços de agrimensura no ultramar, substituindo-os pelos serviços geográficos e cadastrais, desenvolvendo-os e tornando-os mais aptos ao desempenho da sua missão cartográfica, estabelecendo, além disso, um regime de cooperação destes serviços com as missões geográfica e hidrográfica; o gradual apetrechamento,